



BARCA FURADA

Lessa abandona posto na chapa e Célia Rocha é evitada nas redes sociais de JHC em plena campanha



CENSURA

Renan Filho acusa JHC de tentar calar imprensa: “Quem quer calar a imprensa alagoana tem viés ditatorial”



Durante sabatina da TV Gazeta, candidato ao Governo de Alagoas afirmou que adversário recorre a “velhas práticas” e classificou a liberdade de imprensa como um dos pilares da democracia



DOIS PESOS

Senadora exige prudência e transparência do governo estadual diante de investigação da PF



Eudócia cobra afastamento por investigação na Saúde, mas defendeu o filho no escândalo dos R\$ 97 milhões do Iprev

ESQUERDA EM CAMPANHA

Candidata da UP ao governo de Alagoas também defendeu estatização de serviços e maior controle sobre recursos públicos

ABSURDO TUCANO

Wadson Correia nega acusação feita por advogado de JHC e pede retratação pública



Jornalista reage à acusação de “milícia digital”, cobra provas e anuncia representação na OAB

Lenilda Luna propõe reduzir terceirizações e ampliar contratação direta pelo Estado

EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

A imprensa que incomoda

A declaração de Renan Filho contra JHC colocou a liberdade de imprensa no centro da eleição. Ao acusar o adversário de tentar silenciar veículos e associar a conduta a um “viés ditatorial”, o candidato fez uma denúncia grave, que precisa ser tratada com a mesma seriedade. Se existem episódios concretos de pressão contra jornalistas ou empresas de comunicação, que sejam apresentados com fatos e documentos. Sem isso, a acusação corre o risco de ser apenas mais uma arma retórica da campanha.

JHC, por sua vez, terá de explicar qual será sua relação com a imprensa caso chegue ao Governo de Alagoas.

Político nenhum é obrigado a gostar de reportagem negativa, mas governante algum pode escolher apenas as notícias que deseja receber. Criticar uma matéria é legítimo, contestar informações também. O limite aparece quando a discordância se transforma em pressão, intimidação ou tentativa de controlar aquilo que será publicado.

A ironia é que muitos políticos adoram a imprensa quando precisam de espaço, entrevista e manchete favorável, mas descobrem seus “defeitos” quando o conteúdo deixa de ser conveniente. É justamente diante da notícia incômoda que se mede o respeito ao contraditório. A imprensa também erra e deve

responder por eventuais abusos, mas uma reportagem que desagrade não se combate com silêncio imposto, e sim com fatos, argumentos e transparência.

A eleição de 2026 ainda produzirá muitos embates, e Renan Filho e JHC terão espaço para apresentar suas versões. À imprensa cabe fazer o que sempre deveria fazer: fiscalizar todos os lados, sem torcida e sem medo de desagradar. Políticos passam, alianças mudam e governos terminam. Quando o poder consegue transformar crítica em silêncio, porém, o prejuízo ultrapassa qualquer candidatura. A democracia perde justamente o barulho que deveria protegê-la.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

Segunda maior tendência do PT define apoio à candidatura de Dafne Orion em AL

Dafne Orion, presidenta do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas, recebeu o apoio do Movimento PT, segunda maior tendência interna do partido em nível nacional, para sua candidatura a deputada federal.

O anúncio foi feito por Marcelo Nascimento diante de lideranças e militantes do partido. Ele é coordenador da tendência em Alagoas, ex-presidente do PT de Ma-ceió e secretário de Estado dos Direitos Humanos.

“Identificamos em Dafne a representação legítima da luta do povo trabalhador e a necessidade de ampliar essa voz no Congresso Nacional”, afirmou.

Segundo Nascimento, a escolha de Dafne foi construída a partir da escuta de trabalhadores, lideranças comunitárias e movimentos sociais.

Para Dafne Orion, a política deve ser construída junto com as pessoas: “Nosso pro-jeto nasce do diálogo permanente com os trabalhadores e da vontade de transformar as necessidades da população em prioridades no

Parlamento”.

Entre as bandeiras de sua candidatura estão o fim da escala 6x1, o fortalecimento da saúde e da educação

públicas, a geração de emprego e renda, a proteção ao meio ambiente, a garantia dos direitos das mulheres e o acesso à água como direito es-sencial.



EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernand.oliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.

NÃO SOMOS
PERFIS.
SOMOS
CONTEÚDO.



Enquanto as redes
vendem versões,
os jornais
entregam fatos.



Não publicamos o que
viraliza — divulgamos
o que importa.



O que incomoda
interesses, fortalece
a sociedade.



Menos ruído.
Mais apuração.



SAIA DAS
REDES.



LEIA
JORNAIS.



ENTENDA A
REALIDADE.

Em um mundo de opiniões rápidas e informações rasas,
o jornalismo profissional é o que conecta você à realidade.

Valorize quem apura. Valorize quem informa. Valorize o jornal.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.

CENSURA

Durante sabatina da TV Gazeta, candidato ao Governo de Alagoas afirmou que adversário recorre a “velhas práticas” e classificou a liberdade de imprensa como um dos pilares da democracia

Renan Filho acusa JHC de tentar calar imprensa: “Quem quer calar a imprensa alagoana tem viés ditatorial”

O candidato ao Governo de Alagoas Renan Filho (MDB) fez duras críticas ao adversário João Henrique Caldas, o JHC (PSDB), durante sabatina realizada pela TV Gazeta. Ao abordar a relação dos candidatos com os veículos de comunicação, Renan acusou diretamente o ex-prefeito de Maceió de tentar silenciar a imprensa alagoana.

“Queria dizer abertamente: quem tem feito isso é o candidato JHC. Tenta calar a im-pressa porque, na verdade, ele não consegue apresentar às pessoas o que ele pensa”, declarou Renan Filho.

O emedebista afirmou considerar contraditório que uma candidatura que se apresenta como representante de mudança seja, segundo ele, marcada por práticas de enfrentamento aos veículos de comunicação.

“É uma coisa até surpreendente, né? Uma candidatura que se propõe a ser mudança atuar com as mais velhas práticas de ataque à imprensa livre



e de ataque à própria democracia, porque a imprensa livre é pilar democrático”, afirmou.

Renan Filho também fez uma defesa enfática da liberdade de expressão e do papel exercido pelo jornalismo no regime democrático. Para o candidato, críticas, divergências e conflitos fazem parte do funcionamento de uma sociedade democrática e não podem justificar tentativas de silenciamento.

“A democracia é barulhenta, ela é ruidosa, ela tem diferenças e as expõe, mas esse ruído é muito melhor do que o silêncio da ditadura”, disse.

Na declaração mais contundente da sabatina, Renan relacionou tentativas de cerceamento da imprensa a comportamentos autoritários e voltou a direcionar a crítica a JHC.

“Quem quer calar a imprensa alagoana tem viés ditatorial. Estou falando assim em tese, mas eu queria dizer abertamente: quem tem feito isso é o candidato JHC”, declarou.

As afirmações colocam a liberdade de imprensa no centro do embate entre os dois candidatos ao Governo de Alagoas. As acusações feitas por Renan Filho representam a avaliação política do candidato sobre a



atuação de JHC e, por se tratarem de imputações feitas durante a sabatina, devem ser apresentadas como declarações atribuídas ao emedebista.

DOIS PESOS

Senadora exige prudência e transparência do governo estadual diante de investigação da PF

Eudócia cobra afastamento por investigação na Saúde, mas defendeu o filho no escândalo dos R\$ 97 milhões do Iprev

A senadora Eudócia Caldas (PSDB) subiu à tribuna do Senado para cobrar explicações sobre a saúde pública de Alagoas e questionar a permanência do secretário estadual Gustavo Pontes de Miranda no cargo diante de investigação da Polícia Federal. O discurso, porém, contrasta com a postura adotada pela parlamentar quando outra investigação federal atingiu decisões tomadas durante a administração de seu próprio filho, JHC (PSDB), na Prefeitura de Maceió.

Eudócia afirmou

que, diante de uma investigação grave, o governo deveria escolher a “prudência” e a “transparência”, chegando a defender uma intervenção do Ministério da Saúde no estado.

Meses antes, entretanto, a senadora protagonizou um embate no Senado justamente para defender JHC diante dos questionamentos sobre as aplicações de R\$ 97 milhões do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Maceió (Iprev) em letras financeiras do Banco Master.

As aplicações de R\$ 80 milhões, em 2023, e R\$ 17 milhões, em 2024, ocorreram quando JHC comandava a Prefeitura. A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União deflagraram operação para investigar possíveis irregularidades no processo de credenciamento, análise de risco, governança e tomada de decisão que antecedeu os investimentos.

JHC não figura entre os seis investigados identificados publicamente na operação. A

apuração, contudo, alcança atos praticados por integrantes da estrutura municipal durante sua administração, além das sedes do próprio Iprev e da consultoria envolvida nas operações.

Quando o assunto chegou à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Eudócia saiu em defesa do filho e sustentou que as decisões

do Iprev tinham autonomia administrativa. Agora, ao tratar da gestão estadual, adota um parâmetro mais rigoroso e questiona até mesmo a permanência de um secretário investigado.



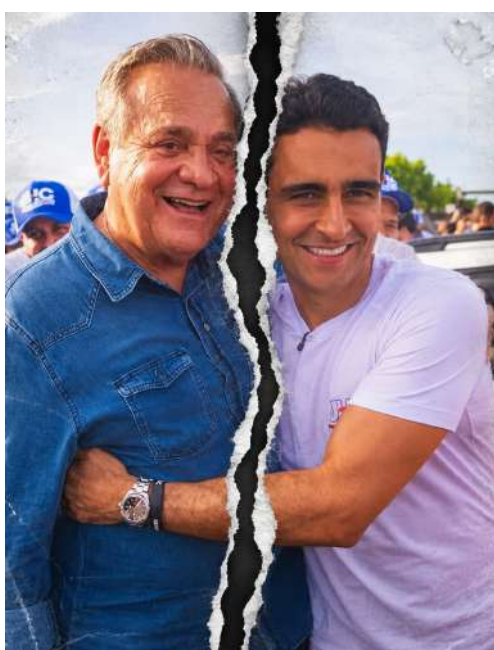
BARCA FURADA

Ronaldo Lessa renunciou à segunda suplência de Marina Cândia, enquanto candidata a vice-governadora segue com baixa exposição na comunicação do tucano

Lessa abandona posto na chapa e Célia Rocha é evitada nas redes sociais de JHC em plena campanha

A campanha de JHC (PSDB) ao Governo de Alagoas começa a apresentar sinais curiosos dentro da própria chapa. Enquanto Ronaldo Lessa (PDT) decidiu abandonar a segunda suplência de Marina Cândia (PSDB) ao Senado, Célia Rocha, candidata a vice-governadora, segue praticamente fora do protagonismo nas redes sociais do candidato.

Lessa formalizou à Justiça Eleitoral a renúncia à segunda suplência e pediu sua substituição. Ao justificar a decisão, mencionou uma “questão de remanejamento da chapa majoritária de senador pela Coligação”. A mudança ocorre depois de o vice-governador ter sido apontado inicialmente como possível companheiro de chapa de JHC ao Governo, posto que acabou ficando



com Célia.

Se Lessa decidiu deixar o lugar que lhe foi reservado, Célia continua na chapa, mas enfrenta outro problema: a falta de visibilidade.

Reportagem da Tribuna do Sertão chamou atenção para a pouca presença da



Célia Rocha, candidata a vice-governadora de JHC

ex-prefeita de Arapiraca nas redes sociais e na comunicação eleitoral de JHC. Em material de divulgação de uma caminhada em Flexeiras, por exemplo, Marina Cândia, JHC, Arthur Lira e a prefeita Silvana Freitas receberam destaque, enquanto Célia apareceu apenas com identificação

reduzida na parte inferior da peça.

A baixa exposição chama ainda mais atenção pelo peso eleitoral que justificou sua escolha. Ex-prefeita de Arapiraca, ex-deputada estadual e ex-deputada federal, Célia foi incorporada à chapa justamente como um nome capaz de fortalecer JHC no Agreste.

Os episódios são distintos e não significam, necessariamente, rompimento político. Mas produzem uma fotografia desconfortável para uma campanha que tenta demonstrar unidade: Lessa já deixou o posto que recebeu e Célia, embora permaneça oficialmente como vice, continua longe dos holofotes da comunicação de JHC. Na “barca” tucana, um decidiu sair do lugar reservado a ele. A outra continua a bordo, mas quase não aparece.

REARRANJO ELEITORAL

Jornalista deixa corrida pela Assembleia após crise na chapa de estadual e aposta em votação própria para liderar nominata do Solidariedade

Wadson Regis muda de rota e entra na disputa por vaga de deputado federal

O jornalista Wadson Regis mudou os planos para a eleição de 2026. Depois de iniciar a campanha como candidato a deputado estadual, ele decidiu migrar para a disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados pelo Solidariedade, que integra a Federação Renovação Solidária, formada ainda pelo PRD.

A mudança ocorre após uma reviravolta no comando do Solidariedade em Alagoas, que provocou uma reorganização das chapas proporcionais e

comprometeu a estratégia que vinha sendo construída para a disputa pela Assembleia Legislativa.

A saída do advogado Adeilson Bezerra da direção estadual da legenda desencadeou uma série de mudanças internas. O novo cenário atingiu diretamente a composição da chapa de estadual e abriu uma crise na formação da nominata.

Wadson deverá ocupar o espaço que vinha sendo destinado a Helô Bezerra na disputa para deputado federal. Filha de Adeilson, ela desistiu da candidatura após as mudanças no comando do partido. A alteração na direção estadual foi resultado de uma articulação política envolvendo o deputado federal e candidato ao Senado Arthur Lira.

Com a nova configuração, a chapa de



estadual perdeu força e passou a ser considerada pouco competitiva. Diante desse cenário, Wadson optou pela candidatura a federal, onde avalia ter melhores condições de disputar a liderança interna da nominata.

A Federação Renovação Solidária reúne outros nomes que também pretendem conquistar espaço na eleição proporcional, entre eles o influenciador João Neto e o coronel Ivon Berto. Dentro do grupo, a expectativa é de que uma votação expressiva permita à federação entrar na disputa por uma das vagas que podem ser preenchidas pelas chamadas sobras eleitorais.

Wadson chega à nova disputa com a intenção de ser o candidato mais votado da federação. Para alcançar esse objetivo, pretende explorar a rede de relações construída ao longo de sua trajetória profissional na imprensa e reforçar a atuação em torno do movimento Barragens Já!, que defende a execução de obras permanentes de prevenção e combate às enchentes em Alagoas.

A eleição para a Câmara dos Deputados em Alagoas terá 108 candidatos concorrendo a nove vagas. Apesar do número elevado de postulantes, a avaliação nos bastidores é de que a disputa efetiva deve se concentrar em aproximadamente 20 nomes com maior estrutura e potencial eleitoral.

Nesse cenário, a Federação Renovação Solidária aparece como uma força que tenta correr por fora e entrar na disputa pela última vaga. A estratégia passa pela concentração de votos nos candidatos mais competitivos da chapa.

Wadson Regis conhece as dificuldades do cenário. Por isso, a meta inicial é conquistar uma posição de destaque dentro da própria federação e alcançar uma votação capaz de colocá-lo na briga pela vaga. A eleição, no entanto, dependerá também do desempenho coletivo da chapa e do cálculo do sistema proporcional.

Mais do que projetar uma eleição garantida, a mudança de rota representa uma aposta na capacidade de Wadson transformar sua rede de contatos e sua atuação política em votos. A partir daí, caberá às urnas definir até onde a nova estratégia poderá levá-lo.

POPULARIDADE

Candidato do MDB ultrapassa 1,12 milhão de curtidas e comentários e fica à frente do adversário tucano

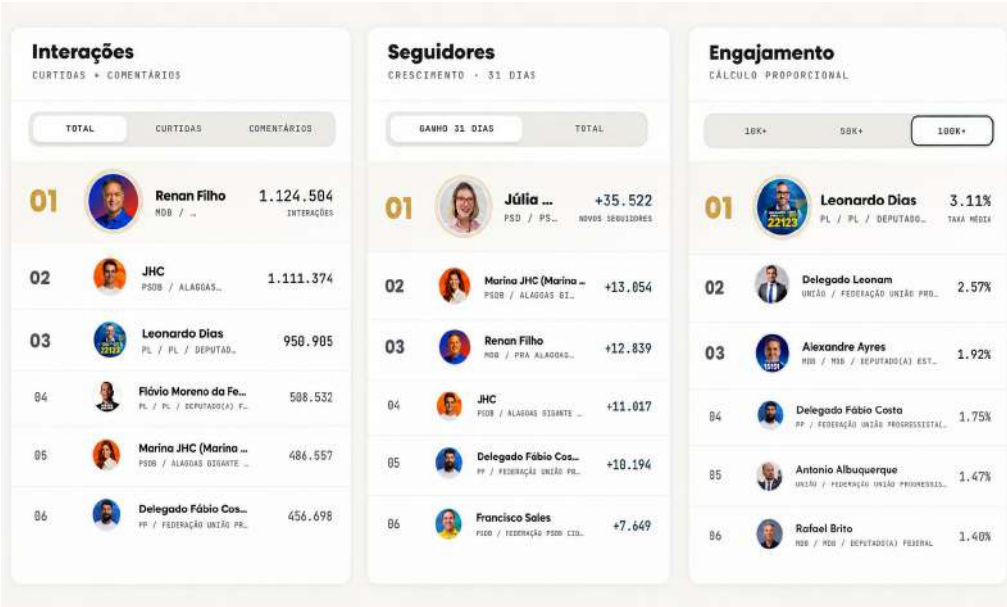
Renan Filho supera JHC e assume liderança de interações no Instagram entre políticos de Alagoas

O candidato ao Governo de Alagoas Renan Filho (MDB) assumiu a liderança do ranking de interações no Instagram entre os políticos alagoanos analisados pelo Ranking Digital dos Políticos de Alagoas, levantamento realizado pelo portal TNH1 em parceria com a agência Yellow Kite.

Renan Filho acumulou 1.124.504 interações, considerando a soma de curtidas e comentários. O resultado colocou o emedebista à frente do principal adversário na disputa pelo go-verno, JHC (PSDB), que registrou 1.111.374.

A diferença entre os dois é de 13.130 interações.

Na terceira posição aparece o deputado estadual Leonardo Dias, com 950.905 interações. Flávio Moreno ocupa o quarto lugar, com 508.532, seguido por Marina JHC, com 486.557, e Delegado Fábio Costa, com 456.698.



Apesar da liderança de Renan Filho em números absolutos, Leonardo Dias apresentou o maior engajamento proporcional, com taxa média de 3,11%. O indicador considera o tamanho da audiência de cada perfil e permite comparar políticos com diferentes quantidades de seguidores.

Renan também aparece entre os políticos que mais ampliaram sua audiência nos últimos 31 dias. Foram 12.839 novos seguidores, terceiro melhor resultado do levantamento. Júlia Nunes liderou, com 35.522, seguida por Marina JHC, com 13.054. JHC ficou em

quarto, ao acrescentar 11.017 seguidores.

O candidato do MDB também figura entre os políticos que mais publicaram no período. Foram 163 postagens em 31 dias, atrás apenas de Pastor João Luiz, com 214, e Kellmann Vieira, com 208.

Os números mostram que, além da disputa nas ruas e nas pesquisas eleitorais, Renan Filho e JHC travam uma batalha particular no ambiente digital. No principal indicador de interações analisado pelo levantamento, o emedebista conseguiu abrir vantagem sobre o adversário.



SENADO NA MIRA

Renan Calheiros supera 60% em três regiões e lidera em quatro, aponta DataTrends

O senador Renan Calheiros (MDB), candidato à reeleição, ultrapassa 60% das intenções de voto em três regiões de Alagoas e aparece na liderança numérica em quatro dos 11 recortes territoriais analisados pela pesquisa DataTrends.

O melhor desempenho do emedebista foi registrado na região de Delmiro Gouveia, onde alcança 68,7% das intenções. Em seguida aparecem Santana do Ipanema, com 66,6%, e União dos Palmares, com 61,4%.

Apesar de registrar seu maior percentual em

Delmiro Gouveia, Renan é superado por Arthur Lira nesse recorte. O deputado federal aparece com 73,6%, contra 68,7% do senador.

Nas demais regiões em que lidera, Renan apresenta vantagem sobre Lira. Em Santana do Ipanema, marca 66,6%, contra 60,3% do adversário. Já em União dos Palmares, chega a 61,4%, enquanto Lira registra 47%.

O senador também aparece numericamente à frente em Penedo, com 55,6%, contra 53,7% de Arthur Lira. Em Atalaia, Renan soma 45%, enquanto o deputado alcança 34,7%.

No cenário geral, a pesquisa mostra empate entre Renan Calheiros e Arthur Lira, ambos com 40% das intenções de voto. Marina JHC aparece na terceira colocação, com 32%, seguida por Davi Davino Filho, com 21%, e Dr. Wanderley, com 10%.

Como a eleição para o Senado permite

que cada eleitor escolha dois candidatos, os percentuais apresentados correspondem à soma das indicações para o primeiro e o segundo voto. Por esse motivo, o total das menções pode chegar a 200%.

Metodologia

O levantamento DataTrends ouviu 1.200 eleitores por meio de entrevistas telefônicas automatizadas entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro de 2026. A margem de erro é de 2,83 pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

A pesquisa está registrada na Justiça Eleitoral sob o número AL-05087/2026. Os recortes regionais são elaborados a partir de amostras menores, o que aumenta a possibilidade de variação estatística em relação ao resultado geral.

Senador tem melhores índices em Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema e União dos Palmares; disputa aparece empatada no cenário estadual



ESQUERDA EM CAMPANHA

Candidata da UP ao governo de Alagoas também defendeu estatização de serviços e maior controle sobre recursos públicos

Lenilda Luna propõe reduzir terceirizações e ampliar contratação direta pelo Estado

A candidata ao Governo de Alagoas pela Unidade Popular (UP), Lenilda Luna, defendeu a ampliação da atuação direta do Estado na contratação de trabalhadores e na prestação de serviços públicos. Durante entrevista realizada nesta quinta-feira (3), ela criticou o modelo de terceirização e propôs que profissionais sejam contratados diretamente pelo poder público, com plano de cargos e carreira.

Lenilda também defendeu a estatização de serviços atualmente administrados pela iniciativa privada. Segundo a candidata, a mudança permitiria ampliar os mecanismos de fiscalização, transparência e controle sobre a aplicação dos recursos públicos.

Única mulher na disputa pelo Governo de Alagoas, Lenilda afirmou que a redução da presença de empresas terceirizadas deve fazer parte de uma política



de valorização dos trabalhadores do serviço público. Na avaliação dela, a contratação direta pelo Estado pode garantir maior estabilidade aos profissionais e fortalecer a qualidade dos serviços oferecidos à população.

Caminhada no São Jorge

Na noite do mesmo dia, Lenilda esteve no bairro do São Jorge, em Maceió, onde realizou uma caminhada e conversou com moradores e trabalhadores que retornavam para casa após o expediente.

A agenda teve como principal objetivo ouvir demandas da população e discutir problemas

relacionados à mobilidade urbana na capital e na Região Metropolitana de Maceió. Durante o percurso, a candidata destacou dificuldades enfrentadas diariamente por pessoas que precisam percorrer longas distâncias entre a



residência e o local de trabalho.

Para Lenilda, a política de mobilidade deve estar articulada a investimentos em infraestrutura, transporte público e habitação. Ela também defendeu uma gestão estadual mais aberta à participação popular na definição das prioridades.

“É preciso governar ouvindo as pessoas e entendendo os problemas reais do dia a dia. A população de Maceió tem enfrentado dificuldades crescentes para morar e se deslocar, precisando ir para regiões cada vez mais distantes de onde trabalha”, afirmou.

A candidata disse ainda que as soluções para os problemas urbanos não dependem necessariamente de grandes projetos, mas de investimentos capazes de produzir melhorias concretas na rotina da população.

“Não buscamos soluções mirabolantes, mas sim melhorias efetivas na infraestrutura, no transporte público e no acesso à moradia”, concluiu.

JUSTIÇA E DEMOCRACIA

Fleming defende impeachment de ministros e propõe mudanças na estrutura do STF

O candidato ao Senado por Alagoas Alexandre Fleming (UP) defende o impeachment de ministros do STF quando houver comprovação de crime de responsabilidade, conforme a Constituição e a legislação. Para ele, porém, o debate deve incluir mudanças na estrutura e na composição da Corte.

Fleming afirma defender mandatos fixos para ministros, participação popular na escolha e critérios de gênero e raça nas indicações. Segundo ele, o impeachment já está previsto no ordenamento jurídico e não deve ser tratado como uma pauta exclusiva de qualquer candidatura.

Entre suas principais propostas está a adoção de mandatos com prazo determinado, evitando a permanência prolongada dos ministros. Ele também



defende inscrições públicas, critérios técnicos e éticos, transparência e participação da sociedade no processo de escolha.

O candidato propõe ainda listas específicas para mulheres e candidatos negros, com o objetivo de ampliar a representatividade do Supremo. A meta seria alcançar cerca de 30% de ministros negros e paridade de gênero entre

os 11 integrantes da Corte.

Fleming também defende investigação independente sobre eventuais irregularidades envolvendo ministros do STF. Após a retirada do sigilo de um relatório da Polícia Federal relacionado a mensagens atribuídas a Daniel Vercaro e Alexandre de Moraes, ele afirmou que fatos graves devem ser apurados com

Candidato ao Senado também defende mandatos fixos, participação popular nas escolhas e critérios de gênero e raça para composição da Corte

transparência, direito de defesa e sem proteção corpo-rativa.

Ao mesmo tempo, o candidato repudia ataques da extrema direita e do bolsonarismo contra o Supremo, especialmente no contexto dos processos relacionados ao 8 de janeiro. Para ele, ministros podem ser criticados, investigados e responsabilizados, mas não ameaçados ou tratados como adversários partidários.

Fleming afirma que sua posição combina fiscalização, responsabilização e preservação institucional. Ele critica decisões do Judiciário que considera prejudiciais à população, mas reconhece medidas do STF que avalia como importantes. Sua proposta é investigar possíveis irregularidades, aplicar o impeachment quando houver fundamento legal, instituir mandatos fixos, ampliar a diversidade e democratizar a escolha dos ministros.

CERCO AO CRIME

Governador destacou atuação das forças de segurança em confrontos registrados em Maceió e Major Isidoro

“Bandidos aqui não se criam”, afirma Paulo Dantas após operação que deixou dois mortos

O governador de Alagoas, Paulo Dantas, comentou os resultados da Operação Sufoco, deflagrada pelas forças de segurança do Estado, e destacou a atuação dos policiais durante as ações que terminaram com a morte de dois homens apontados pelas investigações como suspeitos de envolvimento em homicídios. As ocorrências foram registradas em Maceió e Major Isidoro.

Em uma publicação nas redes sociais, Dantas afirmou que os dois homens eram investigados por suposta participação na ordem de duplos homicídios ocorridos na capital alagoana. Os suspeitos foram identificados pelo governador como Wagner e Milas. Um dos confrontos ocorreu em Major Isidoro, enquanto o segundo foi registrado em Maceió.

Ao comentar a operação, o governador adotou um tom contundente ao se referir à atuação das forças policiais. “Bandidos aqui não se criam. Com os bandidos a gente entra, enfrenta, a gente prende e, se reagir, morre perante a nossa segurança pública”, declarou.

Na mesma publicação, Paulo Dantas parabenizou os policiais envolvidos na operação e ressaltou o trabalho das forças estaduais no enfrentamento à criminalidade. A ação integra a estratégia do governo para ampliar o combate aos homicídios e

às organizações criminosas no Estado.

Um dos principais focos da Operação Sufoco foi a investigação de uma sequência de homicídios registrados em Maceió. Conforme informações divulgadas pelas autoridades policiais, os investigadores trabalham com a hipótese de que os crimes estejam relacionados a uma disputa entre grupos criminosos.

Segundo as autoridades, os dois suspeitos reagiram às abordagens realizadas pelas equipes de segurança, dando início aos confrontos. Ambos foram atingidos

e receberam atendimento médico, mas não resistiram aos ferimentos.

Após as mortes, os procedimentos legais e periciais foram encaminhados aos órgãos responsáveis, que deverão dar continuidade às investigações sobre as circunstâncias dos confrontos e a possível participação dos suspeitos nos crimes investigados.

A manifestação do governador ocorre em um momento de intensificação das ações do Governo de Alagoas contra homicídios e organizações criminosas. Dantas voltou a defender a atuação integrada das forças de segurança e classificou a Operação Sufoco como uma resposta do Estado à atuação de grupos envolvidos com a violência.

A operação também reforça a estratégia de ampliar ações policiais em diferentes regiões de Alagoas, com foco na identificação de suspeitos, repressão a grupos criminosos e investigação de crimes violentos.



SEGURANÇA REFORÇADA

Aeronave foi adquirida com recursos de emenda do deputado Isnaldo Bulhões e já está em operação; verba também será destinada à compra de drones

Alagoas incorpora helicóptero multimissão para ampliar ações de segurança pública

A Segurança Pública de Alagoas recebeu um helicóptero multimissão de tecnologia avançada para reforçar operações policiais, resgates e ações de emergência. A aeronave foi adquirida com recursos de emenda parlamentar do deputado federal Isnaldo Bulhões e, segundo o governo estadual, já está em operação.

O investimento integra o Programa de Modernização da Secretaria de Estado da Segurança Pública e também prevê a aquisição

de drones. O helicóptero foi comprado por meio de contrato firmado pelo Estado com a Helibras, especializada na fabricação de

aeronaves de asas rotativas.

Batizado de Falcão 02, o helicóptero é o primeiro bimotor leve do Comando de

Aviação do Estado equipado com recursos aeromédicos embarcados. A aeronave transporta até sete pessoas, possui guincho elétrico e pode receber uma segunda maca, ampliando sua atuação em resgates e atendimentos em locais de difícil acesso.

O equipamento também conta com radar meteorológico, altímetro, sistema anticollisão e preparação para o uso de óculos de visão noturna. A estrutura permite que a aeronave seja empregada tanto em ações de policiamento quanto em salvamentos e ocorrências emergenciais, aumentando a capacidade operacional das equipes.

Segundo Isnaldo Bulhões, os recursos destinados à segurança têm como objetivo ampliar a proteção da população e a capacidade de resposta do Estado. Além do helicóptero, os drones previstos no programa deverão fortalecer o monitoramento aéreo e apoiar as operações das forças de segurança em diferentes regiões de Alagoas.



ABSURDO TUCANO

Wadson Correia nega acusação feita por advogado de JHC e pede retratação pública

Jornalista reage à acusação de “milícia digital”, cobra provas e anuncia representação na OAB

O jornalista investigativo Wadson Correia reagiu às declarações do advogado Felipe Lins, que atua na defesa do candidato ao Governo de Alagoas JHC, após ter seu nome associado publicamente a uma suposta “milícia digital”. Diante da gravidade da expressão, o profissional cobra a apresentação de provas que sustentem a acusação e afirma que buscará a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que o episódio seja analisado.

Wadson nega categoricamente integrar qualquer estrutura que possa ser classificada como “milícia digital” e questiona quais elementos teriam embasado a declaração do advogado. Para o jornalista, uma acusação dessa natureza ultrapassa o campo da divergência sobre o conteúdo de reportagens e pode atingir diretamente sua honra, credibilidade e reputação profissional.

O jornalista também rebate a interpretação dada à sua cobertura sobre a morte de uma criança após atendimento no Hospital da Cidade. Segundo Wadson, em nenhum momento atribuiu pessoalmente a JHC responsabilidade pela morte. Ele afirma que o trabalho jornalístico teve como foco as circunstâncias do atendimento e questionamentos sobre a qualidade dos serviços oferecidos por uma unidade apresentada pela gestão municipal como referência na saúde pública.

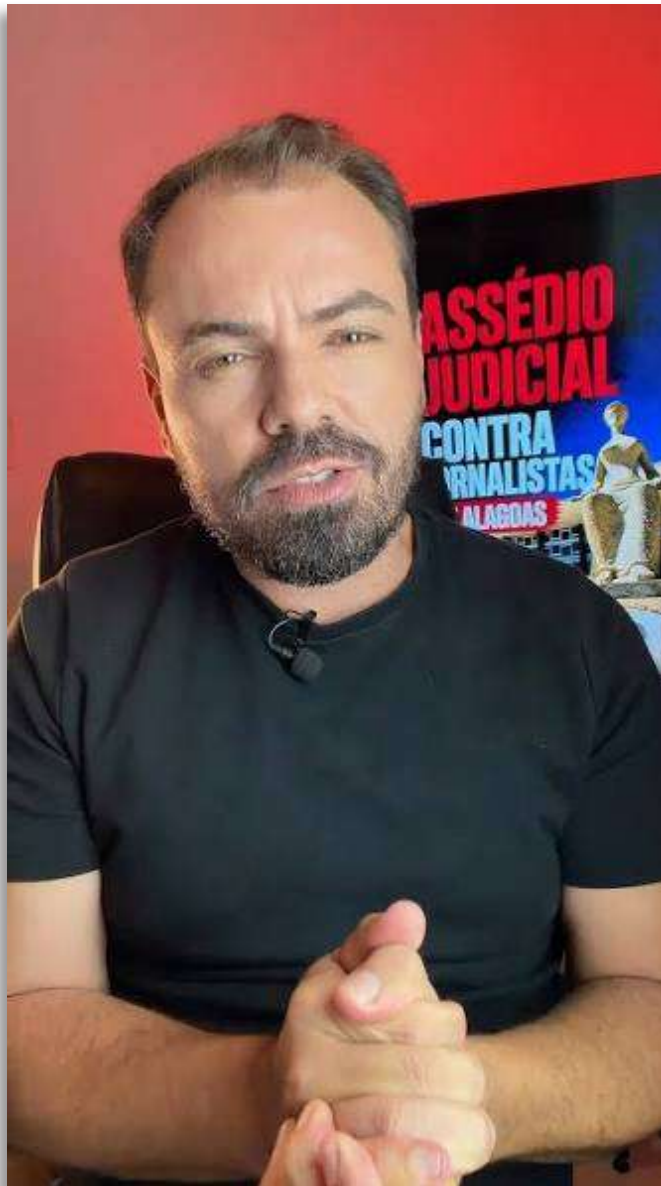
Além de contestar as declarações, Wadson levanta uma suspeita mais ampla sobre a atuação jurídica envolvendo críticas e reportagens direcionadas a JHC. Ele afirma suspeitar da eventual existência de uma estratégia de litigância predatória, caracterizada, segundo sua avaliação, pela adoção reiterada de medidas judiciais capazes de intimidar jornalistas e veículos de comunicação

em Alagoas.

A afirmação, contudo, é uma suspeita levantada pelo jornalista e não uma conclusão sobre a conduta do escritório ou de seus integrantes. Uma eventual caracterização de litigância predatória dependeria da análise dos processos, das medidas ajuizadas, de decisões judiciais e de outros elementos concretos.

O episódio coloca em discussão os limites entre o legítimo direito de resposta e de defesa de agentes públicos e candidatos e a proteção constitucional à liberdade de imprensa. Reportagens e críticas podem ser contestadas, inclusive judicialmente, mas acusações dirigidas contra profissionais da comunicação também estão sujeitas à necessidade de fundamentação e responsabilização nos termos da legislação.

Wadson informou que cobrará uma retratação pública de Felipe Lins e pretende levar o caso à OAB para que a entidade avalie as declarações e eventual repercussão no campo ético-profissional. Caberá à Ordem, caso provocada, analisar os fatos e decidir se existe alguma irregularidade.



JHC e o advogado Felipe Lins

FATOS
Em **FOCO**
COM WILLAMES DE MELO

RIO LARGO EM LUTO



A morte da jovem Tawane Mayara comoveu toda a população do município de Rio Largo. Nosso colunista se solidariza com o amigo Amós Monteiro e com toda a família enlutada por essa perda repentina. Os nossos mais sinceros sentimentos!

ATUALIZAÇÃO NO PIX

O Banco Central divulgou uma atualização nas diretrizes do Pix, voltada a reforçar a segurança do sistema e melhorar a experiência de quem é vítima de golpes. Entre as principais mudanças, os aplicativos de bancos e instituições financeiras passarão a permitir que o cliente anexe documentos e comprovantes no momento de contestar uma transferência fraudulenta, o que deve facilitar a identificação dos criminosos e a análise dos casos.

OPERAÇÃO CAC

A Polícia Federal deflagrou a Operação Polaridade com o objetivo de apurar a atuação de um grupo suspeito de fraudar procedimentos administrativos relacionados à aquisição e ao registro de armas de fogo destinados a Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores (CACs), no âmbito do sistema Sinarm-CAC.

DISPUTA POR UMA VAGA

A disputa por uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado (ALE) registra 141 pedidos de registro de candidatura ao cargo de deputado estadual. Com um plenário composto por 27 cadeiras, a proporção média é de aproximadamente cinco candidatos concorrendo a cada vaga na Casa de Tavares Bastos.

HISTÓRIA VERGONHOSA

Do impeachment do alagoano Fernando Collor às investigações sobre descontos indevidos de aposentados

De Collor às fraudes no INSS: 36 anos de escândalos, bilhões sob suspeita e crises que abalaram governos no Brasil

Desde que Fernando Collor chegou ao Palácio do Planalto, em 1990, como primeiro presidente eleito diretamente pelos brasileiros após quase três décadas, escândalos envolvendo dinheiro, poder e política passaram a ocupar lugar recorrente na história da Nova República.

O alagoano seria também o primeiro presidente desse período a deixar o cargo após a abertura de um processo de impeachment. As denúncias envolvendo Paulo César Farias, o PC Farias, ex-tesoureiro de sua campanha, desencadearam uma crise política que terminou com a saída de Collor da Presidência em 1992.

O caso, porém, estava longe de ser o último.

Nos 36 anos seguintes, diferentes governos e partidos enfrentaram denúncias e investigações relacionadas ao

uso de dinheiro público. O país assistiu à CPI dos Anões do Orçamento, às denúncias de compra de votos para a emenda da reeleição, ao Mensalão, aos casos investigados pela Lava Jato, a suspeitas de desvios em grandes obras, fraudes em licitações, controvérsias envolvendo emendas parlamentares e o chamado orçamento secreto.

Mais recentemente, outro escândalo colocou novamente recursos públicos e mecanismos de controle no centro do debate: o esquema de descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS.

Os episódios atravessaram governos de diferentes campos políticos e tiveram desfechos igualmente distintos. Houve condenações e prisões, cassações e renúncias, mas também absolvições, arquivamentos e condenações posteriormente anuladas pela Justiça. Outros casos ainda permanecem sob investigação.

Por isso, revisitar essas mais de três décadas exige distinguir denúncia, investigação, indiciamento e condenação. São situações juridicamente diferentes e que, ao longo do tempo, produziram consequências muito distintas para políticos, empresários e agentes públicos.

De Collor às fraudes no INSS, a sucessão de casos também conta uma parte incômoda da história política brasileira: 36 anos em que escândalos financeiros atravessaram governos, derrubaram

autoridades, movimentaram CPIs e levaram o país repetidamente a discutir os limites entre poder, política e dinheiro público.



DINHEIRAMA

Emenda Pix de R\$ 7,3 milhões de Gaspar leva a pagamentos e conexões que chegam ao entorno de Arthur Lira

Uma emenda Pix de R\$ 7,3 milhões destinada pelo deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL) a municípios de Alagoas entrou no radar por uma série de pagamentos e conexões políticas identificadas pelo portal De Olho nos Ruralistas. Segundo a investigação, foi possível rastrear 92% dos recursos, com parte dos caminhos encontrados chegando a pessoas e empresas relacionadas ao deputado Arthur Lira (PP-AL).

A emenda foi dividida entre São José da Laje, que recebeu R\$ 6,3 milhões, e Pilar, contemplado com R\$ 1 milhão. O repasse já havia chamado a atenção do Tribunal de Contas da União (TCU) por problemas

relacionados à rastreabilidade dos recursos.

Entre os pagamentos identificados pela reportagem está um repasse de R\$ 135 mil ao escritório Gomes Pereira Advogados. Dois de seus sócios, Fabio Henrique Cavalcante Gomes e Rubens Marcelo Pereira da Silva, atuam como advogados de Arthur Lira e foram responsáveis, segundo o levantamento, pelo registro de candidaturas do parlamentar. O escritório também teria mantido contratos anteriores com a Prefeitura de São José da Laje.

Outra conexão apontada envolve a WL Engenharia, citada pela investigação como a empreiteira que mais recebeu recursos provenientes da emenda em São José da Laje. De acordo com o portal, uma equipe de vaquejada ligada à empresa já disputou competições no Parque Arthur Filho, em Pilar, pertencente a Lira.

A investigação também identificou uma parcela expressiva dos recursos destinada a eventos. Segundo o levantamento, aproximadamente 24% dos R\$ 7,3 milhões

acabaram relacionados ao financiamento de shows públicos em São José da Laje.

Entre os pagamentos apontados estão R\$ 238 mil para apresentação de Kannário e R\$ 150 mil para Psirico durante o "Carnalaje". Outros registros analisados pelo portal incluem valores relacionados a apresentações de Pablo do Arrocha, Priscila Senna, Flávio José e José Augusto, além de R\$ 391 mil destinados, em quatro repasses, à empresa responsável pela

Investigação do De Olho nos Ruralistas afirma ter rastreado 92% dos recursos enviados a dois municípios de Alagoas

estrutura de um evento.

As conexões identificadas pela investigação não significam, por si mesmas, que Arthur Lira tenha recebido recursos da emenda ou participado da definição dos pagamentos. O levantamento chama atenção, entretanto, para a proximidade entre alguns dos beneficiários dos recursos e pessoas ou estruturas relacionadas politicamente ao parlamentar alagoano.

